

ENTRE O SILÊNCIO E A POTÊNCIA: VIVÊNCIAS DE DOIS PROFESSORES LGBT+ NA FORMAÇÃO EM SAÚDE NO SEMIÁRIDO BAIANO

Márlon Vinícius Gama Almeida ¹
Simone Santana da Silva ²

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um relato de experiência crítico-reflexivo sobre as vivências de dois professores LGBT+ na formação em saúde em universidades públicas do semiárido baiano. A partir de trajetórias docentes, problematiza silêncios institucionais, currículo oculto e desafios enfrentados por corpos dissidentes em contextos conservadores. Ancorado na epistemologia do armário, o texto discute tensões, redes de apoio e práticas de resistência, indicando caminhos para uma educação transformadora, plural e comprometida com o reconhecimento da diversidade como potência formativa e política dentro da universidade.

A universidade, por definição, deve abarcar o todo, sem distinções de qualquer natureza. Sua relação com a comunidade e o território que a circunda representa a potência transformadora e plural de sua estrutura (Bonifácio; Santos, 2020). No entanto, muitos cursos superiores no Brasil ainda operam sob currículos engessados, pouco abertos a estratégias de superação das desigualdades internas, o que gera sucessivos apagamentos de identidades diversas. O ordenamento disciplinar e as escolhas pedagógicas revelam uma disposição desses espaços em se distanciarem de debates urgentes, que exigem permeabilidade e compromisso com a diversidade (Oliveira, 2018).

Na área da saúde, há diretrizes que orientam a construção de currículos atentos às necessidades da população, contemplando determinantes sociais, culturais, psicológicos e éticos no processo saúde-doença-cuidado. Entretanto, na prática, persiste uma distância entre o que está previsto e o que se efetiva, sobretudo em relação a populações historicamente marginalizadas, como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e outras identidades

¹ Enfermeiro. Doutor em Saúde Pública. Docente da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), marlon.vinicius@univasf.edu.br;

² Enfermeira. Doutora em Ciências. Docente da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), sisantana@uneb.br.

dissidentes (LGBT³). Essa lacuna impacta a formação de profissionais e a qualidade do cuidado oferecido.

Dentro das universidades públicas, o público LGBT+ enfrenta silenciamentos e violências simbólicas que afetam permanência, desempenho e saúde mental (Cecílio, 2019; Costa-Val et al., 2022). Docentes LGBT+ também experienciam essas barreiras por meio de olhares, piadas e omissões, agravadas pela ausência de políticas institucionais que reconheçam suas existências como força pedagógica. Tais contextos exigem que a universidade, enquanto espaço de produção de conhecimento, admita suas contradições e acolha a diferença como potência formativa.

Silva, Nascimento e Caetano (2021) mostram que a presença de docentes que se afirmam como “bichas” tensiona normas heterocisnormativas e abre brechas para uma educação que manifeste a diferença como força criadora. Tal presença denuncia violências naturalizadas e aponta deslocamentos dignos que potencializam práticas de acolhimento e reinvenção curricular. Assim, este texto reflete sobre as vivências de dois docentes LGBT+ na formação em saúde, discutindo como desafiam silêncios, produzem resistência e indicam caminhos para práticas acadêmicas mais inclusivas e transformadoras.

METODOLOGIA

Este estudo adota o relato de experiência crítico-reflexivo como estratégia metodológica, entendendo-o como prática legítima de produção de conhecimento (Mussi; Flores; Almeida, 2021). O trabalho parte das trajetórias de dois professores - um gay, no curso de medicina, e uma lésbica, em enfermagem - em instituições públicas de Paulo Afonso e Senhor do Bonfim, Bahia. Praticamente os únicos declaradamente LGBT+ em seus colegiados, suas vivências expõem desafios de existência, resistência e produção de sentidos em espaços ainda marcados por normatividades heterocisgêneras. O relato também considera memórias de formação universitária, vivências pessoais e familiares. Como marco teórico, dialoga-se com a epistemologia do armário (Sedgwick, 2007), problematizando silêncios, ocultações e fissuras nas experiências LGBT+ na universidade.

³ No presente resumo, optou-se pela utilização da sigla LGBT+, por ser a mais usual nos documentos e protocolos do Ministério da Saúde, embora outras versões mais extensas, como LGBTQIAPN+, também sejam aplicadas para contemplar maior diversidade de identidades. A sigla mais abrangente faz referência a lésbicas, gays, bissexuais, transexuais/travestis, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, pessoas não-binárias e o ‘+’, que incorpora outras categorias não necessariamente contempladas nas denominações anteriores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao lançar mão do relato de experiência crítico-reflexivo, buscamos não apenas descrever práticas e episódios vividos, mas analisar as relações de poder e as fissuras que se abrem na docência universitária em saúde no semiárido baiano. Nossas trajetórias, ancoradas em mais de uma década de atuação, revelam que o silêncio institucional sobre gênero e sexualidade ainda é uma marca forte do currículo universitário, o que repercute na formação de futuros profissionais da saúde. Esse silêncio não é neutro: funciona como estratégia de manutenção de normatividades que invisibilizam corpos dissidentes.

No interior dos cursos de saúde, o currículo oculto opera como um campo de forças onde o que não é dito, ensinado ou debatido molda valores, crenças e práticas profissionais (Raimondi; Moreira; Barros, 2019). Mesmo quando as diretrizes curriculares nacionais defendem a abordagem de determinantes socioculturais e a integralidade do cuidado, as discussões sobre gênero e sexualidade seguem restritas a projetos de extensão, redes informais, núcleos de pesquisa ou conversas de corredor. Há um deslocamento do debate formal para espaços periféricos, o que impede que se torne eixo estruturante da formação. Nesse contexto, o que deveria ser pauta obrigatória vira um tema “opcional”, quase sempre silenciado pelas justificativas de que o profissional de saúde deve “tratar todos iguais”, sem distinções, uma falácia que desconsidera desigualdades estruturais e nega direitos à população LGBTQ+.

Essas lacunas formativas se refletem em práticas de cuidado marcadas por preconceito, descuido e violências cotidianas, como discutem Faria e Funghetto (2022). Os autores apontam que mudanças no ensino em saúde requerem, além de diretrizes, uma implicação política e afetiva dos docentes. Nesse sentido, a trajetória aqui relatada mostra como o corpo docente pode se tornar potência transformadora, mesmo quando inserido em contextos difíceis. Círico, Galvão e Silva (2025) também reforçam que é na formação de professores que se pode tensionar o currículo e enfrentar o conservadorismo que ainda insiste em legitimar silêncios.

Mas assumir-se professor LGBTQ+ em um território marcado pelo tradicionalismo religioso e moralidade rígida não é simples. Levaram-se anos para que pudéssemos declarar publicamente nossas orientações e incorporar essa vivência como parte de nossa identidade docente. Em muitos momentos, nossas falas foram acompanhadas de autocensura, receio de retaliações e a consciência de que cada palavra poderia expor nossos corpos a violências explícitas ou veladas. Brito e Rasera (2024) apontam que estudantes LGBTQ+ na área médica também enfrentam esse “armário” institucional que normaliza práticas excludentes e naturaliza a homofobia acadêmica. O trabalho de Nardi e outros (2013) amplia essa discussão ao mostrar

como o ambiente universitário opera não apenas pela omissão, mas também pela espetacularização pontual de temas de gênero e sexualidade, sem compromisso real com mudanças significativas.

Diante desse cenário, construir redes de apoio e espaços de resistência se tornou nossa principal estratégia de enfrentamento. Foi por meio de amizades, amores e alianças políticas que fomos fortalecendo o enfrentamento aos silêncios institucionais. Assim, surgiram “furos” no currículo, como a coordenação de uma liga acadêmica de gênero e sexualidade, a participação em um grupo de pesquisa para discutir diversidade e a orientação de trabalhos que abordam saúde da população LGBTQ+. Tais ações exemplificam o que Borges e outros (2024) evidenciam em sua revisão: ainda que o preconceito contra minorias sexuais e de gênero seja estruturante no contexto universitário, há práticas pedagógicas insurgentes que, quando articuladas a redes de afeto, ressignificam espaços antes hostis.

Louro (2014) e bell hooks (2018) ajudam a compreender essas brechas como práticas de transgressão: ao assumir nossos corpos dissidentes como instrumentos pedagógicos, performamos uma educação transformadora, que tensiona o currículo e rompe com a falsa neutralidade acadêmica. Nossas salas de aula, nossos corredores, nossos grupos de pesquisa tornaram-se territórios de disputas simbólicas, mas também de acolhimento, pertencimento e reinvenção de narrativas. É no afeto, como nos lembra hooks (2018), que reside a prática da liberdade.

Não menos importante, nossas trajetórias pessoais mobilizam novas possibilidades de pertencimento para estudantes que, como nós, encontram na universidade uma primeira chance de nomear suas existências. Exemplos vivos de que a presença de professores assumidamente LGBTQ+ pode quebrar o ciclo de silenciamento e solidão. Como enfatiza Reis (2023), é nessa perspectiva de “ser-estar-fazer diferente/desigual” que se concretiza a disrupção de normas heterocisgêneras na escola e, por extensão, na universidade. Os espaços áridos e, muitas vezes, cruéis do semiárido baiano tornaram-se, por meio de nossos corpos, narrativas, afeto e persistência, territórios de criação e potência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vivências narradas neste relato reforçam que a presença de corpos dissidentes na universidade pública, especialmente na formação em saúde, opera como força estratégica de intercessão e abertura de caminhos para a produção do comum. Nossas trajetórias, marcadas pela exposição, pelo enfrentamento e pela criação de redes de apoio, indicam que é possível

tensionar silêncios institucionais e reinventar o cotidiano acadêmico, transformando espaços excludentes em territórios de pertencimento e potência. A educação em saúde, quando comprometida com a pluralidade, pode acolher diferenças, articular afetos e, sobretudo, produzir cuidado com base no reconhecimento de sujeitos em suas singularidades. Por fim, afirmar corpos e vozes LGBTQ+ como parte da universidade é também afirmar a radicalidade da educação como prática de liberdade, encontro e transformação coletiva.

Palavras-chave: universidades; diversidade de gênero; currículo; minorias sexuais e de gênero; homofobia.

REFERÊNCIAS

- BONIFÁCIO, J.; SANTOS, L. Perspectivas da extensão universitária na formação de professores: contextualização histórico-social. **Devir Educação**, v. 4, n. 1, p. 171–187, 2020.
- BORGES, F. A.; PAIVA, A. T.; CAMARGO, B. T.; STOFEL, N. S.; RÉZIO, L. A. O preconceito contra minorias sexuais e de gênero no contexto universitário: uma revisão de escopo. **Revista Práxis**, v. 16, n. 30, 2024.
- BRITO, L. C.; RASERA, E. F. Educação médica no armário: vivências e formação de estudantes lésbicas, gays e bissexuais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 34, e34101, 2024.
- CÍRICO, J.; GALVÃO, A. A.; SILVA, M. A. Gênero e sexualidade na formação de docentes: inquietações convergentes. **REBEH - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 8, n. 23, 2025.
- COSTA-VAL, A. et al. O cuidado da população LGBTQ na perspectiva de profissionais da Atenção Primária à Saúde. **Physis**, v. 32, n. 2, 2022.
- FERIA, A. A.; FUNGHETTO, S. S. (Orgs.). **Reflexões sobre formação em saúde**: trajetórias e aprendizados no percurso de mudanças. 2. ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2022.
- HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, v. 17, n. 48, p. 60–77, 2021.

NARDI, H. C.; MACHADO, P. S.; MACHADO, M. S.; ZENEVICH, G. O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 40, p. 259-288, 2013.

OLIVEIRA, M. R. G. Trejeitos e trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas pretas na educação! **Revista Periódicus**, v. 1, n. 9, p. 161–191, 2018.

RAIMONDI, G. A.; MOREIRA, M. C. N.; BARROS, J. D. Gênero e sexualidade na educação médica: entre o currículo oculto e a integralidade do cuidado. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 43, n. 4, p. 212-220, 2019.

REIS, R. R. Ser-estar-fazer diferente/desigual: disrupções de gênero no ambiente escolar. *Educação & Sociedade*, v. 44, p. e248731, 2023.

SEDGWICK, E. K A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 19-54, 2007.

SILVA, R. V. S.; NASCIMENTO, L. C. P.; CAETANO, M. A bicha docente despachada: sociopoetizando a educação nas diferenças. **Textura**, v. 23, n. 55, p. 207-224, jul./set. 2021.